

Ramos
Reft



Relatório de Gestão e Contas

Ano 2013



1. INTRODUÇÃO

A TERAMB – Empresa Municipal de gestão e valorização ambiental da Ilha Terceira, E.M., adiante designada por TERAMB E.M. é uma entidade empresarial local, de natureza municipal, constituída pelos Municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória, com a qualificação de empresa municipal de gestão de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 45.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com o estatuto de pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, ficando sujeita à tutela e superintendência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da mesma Lei

Sendo detida em 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, foi constituída a 1 de Novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividade no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, podendo vir a exercer também no abastecimento de águas e produção de energias renováveis.

Os Órgãos sociais da TERAMB, EM são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único e os seus titulares são nomeados por um período de dois anos, coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo de atos de exoneração e de continuação de funções até à sua efetiva substituição.

Nos termos previstos na alínea g) do Artº 15º dos seus estatutos, compete ao Conselho de Administração elaborar os documentos de prestação de contas e submetê-los a aprovação das Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Compete ao Fiscal Único a emissão de parecer sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício.

Nos termos do nº5 do Artº 447 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

Assim e porque compete à Assembleia Geral pronunciar-se sobre quaisquer assuntos de interesse para a TERAMB, EM, apresenta-se o presente relatório de gestão e contas, para que possa ser submetido a apreciação da Assembleia Geral e posteriormente propô-los às Câmaras Municipais, para aprovação.

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

Desde o início da sua atividade, a 1 de Fevereiro de 2011, a gestão da TERAMB, EM pauta-se pela promoção das atividades económicas dos concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, que passa, numa primeira fase, pela gestão integrada do Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira (adiante, AIIT), e, numa segunda fase, pela definição e implantação de um novo sistema de tratamento e valorização de resíduos urbanos. Neste contexto, os resíduos são assumidos como um recurso energético, dando prioridade à redução na fonte, fomentando a reutilização e a reciclagem e incrementando medidas de inovação tecnológica de forma a prolongar o seu uso na economia antes de o devolver em condições adequadas ao meio natural.

Este processo insere-se na estratégia comunitária da Comissão Europeia cumprindo com as diretrizes da Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008 - Diretiva Quadro dos Resíduos, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, conjugado com o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, que veio estabelecer o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos, aprovando o regime jurídico do licenciamento e concessão, e com o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/A, de 12 de maio, que aprovou o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores – PEGRA.

Desta forma, a atividade desta empresa no ano 2013 centrou-se na operação e manutenção de todas as infraestruturas do AIIT incluindo a Estação de Tratamento de Águas Lixivantes e as estações elevatórias, bem como nos trabalhos preparatórios à implementação do novo sistema de tratamento e valorização de resíduos urbanos, designado “Projeto Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”.

Constitui também obrigação da TERAMB, EM gerir o Parque de viaturas apreendidas da ilha Terceira e a execução das operações materiais necessárias ao abate e encaminhamento de viaturas abandonadas e depositadas no AIIT para operadores licenciados. Função atribuída pelos dois Municípios mediante contratos de gestão celebrados em 2011.

O ano de 2013 é marcado pela continuação do constrangimento económico que se vive em todo o país, que se traduziu numa redução do poder de compra. Os resíduos refletem o ciclo de vida dos bens pelo que é fortemente afetado pelo estado da economia.

Desta forma, verificou-se um decréscimo na quantidade total de resíduos depositados no AIIT em cerca de 9,04%, sendo que o município de Angra contribuiu com menos 7,57% e contrariamente o Município da Praia da Vitória contribuiu com mais 8,39%. Relativamente às



entregas efetuadas pelos particulares, registou-se um decréscimo de 11,35%. Para as empresas o decréscimo foi de 19,00%, apesar das entregas de resíduos de matadouros ter aumentado 44%.

Relativamente à gestão do parque de viaturas apreendidas, deram entrada, em 2013, 32 viaturas entregues pela Polícia de Segurança Pública e foram enviadas para centro de abate 60 viaturas com um peso total de 36.000 Kg.

Com a assinatura do contrato com o Programa Operacional Valorização do Território (POVT) a 13 de Janeiro de 2013, a TERAMB procedeu à implementação do “Projeto da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira” iniciando-se os procedimentos concursais necessários que englobam este projeto.

Foi concedida a Licença Ambiental nº 1/2013/A e a de exploração nº 9/DRA/2008 ao Aterro Intermunicipal da Ilha Terceira, pela Direção Regional do Ambiente, ao abrigo dos Decretos Legislativos Regionais nº 30/2010/A e nº 29/2011/A, respetivamente.

Foi lançado o concurso da empreitada para a construção de aterro de resíduos banais (oitava célula do AIIT) a 26 de Fevereiro de 2013. Esta empreitada foi adjudicada à empresa Somague Ediçor, Engenharia, SA e o contrato assinado a 28 de Agosto de 2013. Nesse seguimento, foi contratualizada a aquisição de serviços de fiscalização da empreitada de construção de aterro de resíduos banais à empresa Norma-Açores.

O Concurso Público por Prévia Qualificação para a Conceção-Construção e Assistência Técnica à exploração da Central de Valorização Energética de Resíduos na Ilha Terceira lançado a 31 de Dezembro de 2012 não foi adjudicado a nenhuma empresa tendo em conta que o preço base do concurso seria inferior ao preço esperado para a construção de uma infraestrutura desta dimensão. Foi então lançado outro concurso, sendo este um concurso público para a conceção-construção da Central de Valorização Energética (CVE) tendo sido adjudicado à empresa TM.E s.p.A – Termomeccanica Ecologia e espera assinatura do contrato em Janeiro próximo.

No que concerne às despesas de investimento, faz parte integrante a assistência técnica e jurídica para o lançamento do concurso da CVE e no âmbito da construção do aterro de resíduos banais: a assistência técnica (na fase de projeto), a empreitada bem como, os serviços de fiscalização da empreitada de construção de resíduos banais.

Relativamente ao plano de investimentos para 2013 estava ainda previsto o início das obras de aterro de resíduos perigosos e de ecocentros que não foram possíveis realizar e que ficaram adiados os investimentos para 2014.

Desta forma, a empresa que já contava com uma administrativa, contratada no segundo semestre de 2011, e com os dois operários, que iniciaram funções em 1 de Janeiro de 2012, admitiu em Junho de 2012 um técnico profissional e em Dezembro de 2012, 1 encarregado, 1 técnico superior e 1 operário. Desta forma, a empresa conta com um total de 7 colaboradores, número que fica aquém do valor inicialmente previsto no estudo económico que serviu de base à constituição da empresa, que previa a admissão de 10 colaboradores.

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

DESPESA

No que respeita à repartição da despesa corrente, esta resume-se praticamente aos fornecimentos e serviços externos que representam 76,34 % da despesa, sendo que os gastos com o pessoal corresponderam a 17,71% e os restantes cerca de 5,94% foram para outros gastos e perdas (5,03%) e gastos com depreciações/amortizações (0,91%).

Na rubrica fornecimentos e serviços externos, verifica-se que são os serviços contratados (16,22%) e os serviços especializados (58,04%) quem têm o maior peso, uma vez que juntos reclamam cerca de 74,26% das despesas. Destas contas os serviços que mais contribuem são o aluguer de máquinas com condutor que laboram na operação diária do aterro e os serviços de vigilância que asseguram o funcionamento do aterro em horário pós laboral e fazem a vigilância das instalações.

Relativamente aos gastos com pessoal, as remunerações são responsáveis por 79,93% deste valor, seguidos dos encargos sobre as remunerações com 15,60% e os encargos com os órgãos sociais com cerca de 2.41%. Os restantes montantes são pouco expressivos nesta avaliação.

A 31 de Dezembro de 2012 passaram a integrar o quadro de pessoal da TERAMB para a operação e gestão do AIIT, 3 colaboradores: um técnico superior, um encarregado e um operador. Atendendo a que anteriormente a operação do aterro era assegurada com o apoio dos Serviços Municipalizados e da Empresa Municipal Praia Ambiente, E.M., verifica-se que em 2013 a TERAMB teve um acréscimo nos gastos com o pessoal, mas por contrapartida teve um decréscimo dos FSEs. Relativamente ao orçamentado, a despesa atingiu apenas a 57.66%.

No anexo “Indicadores”, poderá ser observada a variação destas rubricas relativamente ao ano de 2012.

RECEITA

A receita da TERAMB, EM provém, única e exclusivamente, da prestação de serviços de tratamento de resíduos, tendo faturado um total de 766.816,09 euros. Esta prestação de serviços subdivide-se em duas componentes, a tarifa de deposição de resíduos que corresponde a 99,0% do peso da faturação e as receitas provenientes da atividade de gestão do parque de viaturas apreendidas da ilha Terceira, nomeadamente a alienação de Veículos em Fim de Vida que contribui em 1,0%.

Relativamente ao orçamentado para 2013, o total faturado ficou cerca de 1,43% acima do esperado, o que se justifica pelo aumento significativo da receção de resíduos provenientes do abate de animais, que permitiu compensar a perda de receita devido à redução da receção da maioria dos restantes resíduos. Comparativamente a 2012 verificou-se um aumento de facturação de 3.1 %, como pode ser observado no anexo “Indicadores”.

4. BALANÇO E RESULTADOS

Apresenta-se de seguida uma abordagem sucinta da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2013, centrada nas principais rubricas das demonstrações económico-financeiras.

Neste âmbito, conforme expresso nas contas e tabelas em anexo destaca-se que o Ativo líquido da TERAMB, EM, em 31/12/2013, é de € 31.750.203,93 enquanto o Passivo totaliza € 5.866.544,10 e os Capitais Próprios ascendem a € 25.883.659,83.

No exercício de 2013, A TERAMB, EM atingiu um volume de negócios de € 766.819,09 e apresenta resultados líquidos positivos de € 69.796,04.

5. DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

O Conselho de Administração informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do nº1 do Artº 397º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração informa que esta Sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. O mesmo sucedendo com a administração fiscal.

6. RESULTADOS

O Resultado Líquido da sociedade no exercício de 2013 é positivo no montante de € 69.796,04, propondo-se nos termos do artigo 25º dos seus estatutos a seguinte aplicação de resultados:

- Reservas Legais: € 2.859,06
- Reservas Livres: € 25.731,54

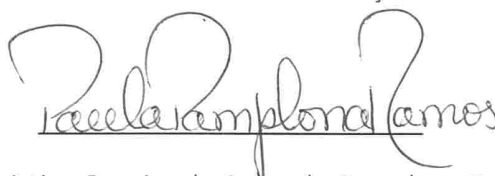
Sendo o remanescente transitado para a conta de resultados.

7. NOTA FINAL

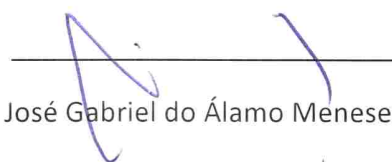
A finalizar, queremos expressar um agradecimento a todos os colaboradores que de forma direta ou indireta contribuíram para os resultados desta empresa.

Angra do Heroísmo, 20 de Março de 2014

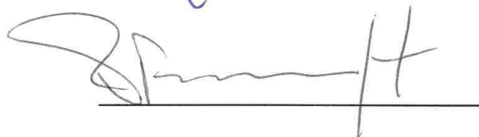
O Conselho de Administração



Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos



José Gabriel do Álamo Meneses



Paulo Ferreira Mendes Monjardino

Ramos

Ref

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

TERAMB-Emp. Munic. Gest. Valor. Ambiental IT, EEM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

31. Dezembro. 2013

(Montantes expressos em euros)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	823.997,40	662.473,61
Pagamentos a fornecedores	-757.122,60	-668.050,81
Pagamentos ao pessoal	-75.048,41	-33.477,44
Caixa gerada pelas operações	-8.173,61	-39.054,64
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	34.738,04	-4.129,81
Outros recebimentos / pagamentos	-353,43	-1.804,22
Fluxos das actividades operacionais [1]	26.211,00	-44.988,67
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-46.729,88	-3.101,65
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	44.068,25	0,00
Juros e rendimentos similares	132,73	160,54
Dividendos	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento [2]	-2.528,90	-2.941,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	23.682,10	-47.929,78
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	53.915,89	101.845,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	77.597,99	53.915,89

O anexo faz parte integrante do Balanço em:

31. Dezembro. 2013

Técnico Oficial de Contas
N.º 47799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(José Gabriel do Alamo Meneses)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EEM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31. Dezembro. 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	21/30.1	766.816,09	743.783,20
Fornecimentos e serviços externos	10/30.1/31.3	-508.531,54	-597.883,50
Gastos com o pessoal	29/30.1	-117.980,39	-86.072,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	28	-18,69	-18,69
Outros rendimentos e ganhos	21/23/28/31.1	44.229,16	3.898,75
Outros gastos e perdas	31.2	-33.518,34	-25.642,40
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		150.996,29	38.065,28
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8	-6.052,40	-3.030,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		144.943,89	35.034,90
Resultado antes de impostos		144.943,89	35.034,90
Imposto sobre o rendimento do período	26	-75.147,85	-6.450,62
Resultado líquido do período		69.796,04	28.584,28

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2013

Técnico Oficial de Contas
Nº 37799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

(José Gabriel do Alamo Meneses)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EEM**BALANÇO**
31. Dezembro. 2013

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31 Dezembro 2013	31 Dezembro 2012
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8/30.1	41.965,58	1.883,58
Activos intangíveis		339.469,87	-
Total do activo não corrente		381.435,45	1.883,58
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	19	5.707,54	2.224,64
Clientes	28	292.581,29	318.635,26
Estado e outros entes públicos	31.4	29.256,88	56.079,02
Outras contas a receber	28	30.958.925,18	11.238,72
Diferimentos	31.5	4.699,60	3.805,61
Caixa e depósitos bancários	4	77.597,99	53.915,89
Total do activo corrente		31.368.768,48	445.899,14
Total do activo		31.750.203,93	447.782,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	6/31.6	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	31.6	15.761,39	12.902,33
Outras reservas	31.6	141.852,53	116.120,99
Resultados transitados	5/31.6	1.559,28	1.565,60
Outras variações no capital próprio	23/31.6	25.604.690,59	-
		25.813.863,79	180.588,92
Resultado líquido do período		69.796,04	28.584,28
Total do capital próprio		25.883.659,83	209.173,20
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	28	86.561,86	107.347,40
Adiantamentos de clientes	28	-	1,05
Estado e outros entes públicos	31.4	72.077,73	2.132,25
Outras contas a pagar	28	5.707.904,51	129.128,82
Total do passivo corrente		5.866.544,10	238.609,52
Total do passivo		5.866.544,10	238.609,52
Total do capital próprio e do passivo		31.750.203,93	447.782,72

O anexo faz parte integrante do Balanço em: 31. Dezembro. 2013

Técnico Oficial de Contas
(Nº 37799)

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos)

Jose Gabriel do Alamo Meneses)

(Paulo Ferreira Mendes Monjardino)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

1.1 Designação da Entidade: TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2. Natureza: EPMIR – Empresa Pública Municipal, Intermunicipal e Regional

1.3 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.4 Área de Intervenção: Em 2013 a área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Actividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce actividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer actividades acessórias relacionadas com o seu objecto, designadamente, actividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de actividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objecto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Base de Preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso nº 15655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Ramos
A

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES – Informação Empresarial Simplificada, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos seguintes pressupostos:

a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Ramos

up

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Ref

Não existem contas cujos conteúdos não sejam comparáveis. As quantias incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico dos Administradores, a respetiva experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

3.3. Estimativas contabilísticas relevantes

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos

Panos
al

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de dezembro de 2013, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Deft

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional, tendo em consideração o caráter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos "pagamentos ao pessoal", encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a empresa atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional "pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento".

O fluxo da actividade de investimento relativo a "juros e rendimentos similares", está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

P. Ramos
D
R. H.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Foi detetado um erro relativo ao período anterior, no montante total de 6,32€, que diz respeito a um gasto do período anterior, embora o valor não seja materialmente relevante, mas respeitando o previsto na NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2012 foi ajustado retrospectivamente no valor global acima referido, nas seguintes rubricas (ver Quadro 5 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” em anexo):

- Fornecimentos e Serviços Externos: +6,32€
- Resultado Líquido: -6,32€
- Fornecedores: -6,32€

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. – Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

7. ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

A 31 de dezembro de 2013 a empresa tem registado por doação, a constituição de um direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante de 343.280,08€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 169 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos, encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com

Ramos

CP

as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

Raf

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 31 de dezembro de 2013 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso no montante de 19.949,68€, relativos ao início da construção de um aterro de resíduos banais, cuja entrada em funcionamento se estima que venha a ocorrer em maio de 2014.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "outros rendimentos e ganhos" ou "outros gastos e perdas".

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

10. LOCAÇÕES

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a empresa detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Em 31 de dezembro de 2013 a empresa tinha em curso um contrato de locação operacional, relativo a uma viatura ligeira de passageiros. As rendas pagas e a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

Em anexo, o Quadro 10 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", apresenta o valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período.

Peres
D
#

19. INVENTÁRIOS - APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário periódico ou intermitente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo crédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em inventário, encontram-se registados apenas a aquisição de combustíveis destinados a consumo interno, sendo por isso mesmo, registado o respetivo gasto numa subconta da conta 62, à medida do respetivo consumo, pelo que no termo do exercício o custo das matérias consumidas evidenciado na conta 61 é zero, encontrando-se registado em inventários o valor que a 31 de dezembro ainda não havia sido consumido.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica "inventários" apresentava a composição constante do Quadro 19 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras", em anexo.

21. RÉDITO

O crédito é mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos concedidos.

Os créditos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação e quando os custos inerentes à transação são fiavelmente mensurados.

O crédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

As quantias de cada categoria significativa de crédito reconhecidas durante o período são as provenientes de:

- Vendas: 10.410,60€
- Prestação de serviços: 756.405,49€
- Subsídios ao investimento: 44.068,25€
- Juros obtidos: 160,89€

23. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investimento em Ativos Fixos Tangíveis estão registados em balanço na rubrica "outras variações no capital próprio" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Em 31 de dezembro de 2013, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global de 30.992.228,01€, no âmbito de uma candidatura ao POVT – Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a

Pamos

construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”, relativamente ao qual já foi assinado o respetivo contrato e os primeiro pedido de pagamento foi apresentado e recebido no terceiro trimestre de 2013, tendo sido já reconhecido como rendimento deste exercício o montante de 44.068,25€, relativos a gastos incorridos com o investimento em causa.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.423.639,90€, tendo a regularização relativa ao imposto imputável ao exercício de 2013 ascendido a 7.711,94€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento foi inicialmente calculado à taxa de 17,5% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2013), tendo sido reajustado posteriormente (tendo em conta uma taxa de 18,4%, sendo esta a taxa que deverá vigorar na RAA no exercício de 2014 e seguintes), no valor de 270.821,49€. Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

O passivo por imposto diferido considerado para a diferença temporária tributável relativa ao subsídio ao investimento contratualizado em 2013, contante das contas relativas ao 3º trimestre de 2013, foi desreconhecido em função da aplicação da FAQ nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística, passando tal montante a ser reconhecido na rubrica “outros devedores e credores”.

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica “subsídios” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”, em anexo.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos.

Em 2013 a empresa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17,5%.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Em 31 de dezembro de 2013 a empresa não registou qualquer valor nas rubricas relativas aos impostos diferidos.

Em 2013 a Empresa beneficiou do “Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento”, criado pela Lei nº 49/2013 de 16 de julho, obtendo um benefício fiscal de 8.320,48€, correspondente a 20% do valor total de despesas elegíveis, as quais ascenderam a 41.602,39€.

O imposto sobre o rendimento estimado reconhecido na Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de dezembro de 2013, encontra-se detalhado no Quadro 26 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” e diz respeito a imposto corrente, incluindo valores respeitantes a tributações autónomas.

Ramos
D**28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS/ATIVOS E PASSIVOS FINANCIEROS**

As dívidas dos "clientes" são mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade e as dívidas de "outros terceiros" ao custo. As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As contas de "fornecedores" e de "outros terceiros" encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O Quadro 28 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da atividade da empresa a 31 de dezembro de 2013.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AO SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Os encargos com pessoal contemplam ainda gastos com ajudas de custo pagos a administradores.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

O Quadro 29 dos "Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras" reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do DL 534/80, de 7/11.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto 411/91 de 17/10, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

Eventos subsequentes: Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Panos

Ref

30.1 Informação por actividades económicas e por mercados geográficos

O Quadro 30 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” revela por código CAE e por mercados geográficos o comportamento de algumas rubricas da atividade no período até 31 de dezembro de 2013.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

31.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica outros rendimentos e ganhos assume o montante total de 44.229,16€. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.2 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”.

31.2. Outros gastos e perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 33.518,34€. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.2 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras”.

31.3. Fornecimentos e serviços externos

O valor total desta rubrica ascendeu a 508.531,54€ até 31 de dezembro de 2013. O Quadro 31.3 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.4. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2013, a relação da empresa com o Estado, em matéria de impostos, encontra-se espelhada no Quadro 31.4 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” e contempla os valores retidos de IRS e contribuições para a segurança social a pagar em janeiro de 2014, bem como o crédito de imposto de IVA. Engloba ainda o IRC a pagar em maio de 2014, relativo a 2013.

31.5. Diferimentos

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "outras contas a receber e a pagar" e "diferimentos".

O montante de diferimentos considerado no balanço a 31 de dezembro de 2013 encontra-se detalhado no Quadro 31.5 dos “Quadros Anexos às Demonstrações Financeiras” e respeita a prémios de seguros.

4 FLUXOS DE CAIXA

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

DESCRIÇÃO	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Caixa	281,97	825.149,39	825.225,87	205,49
Depósitos à Ordem	53.633,92	947.464,64	923.706,06	77.392,50
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancários	53.915,89	1.772.614,03	1.748.931,93	77.597,99
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				
OUTRA INFORMAÇÃO				
Recebimentos provenientes de:			Valor	
Indemnizações de seguros não vida			0,00	
Subsídios à exploração			0,00	
Caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso			0,00	

5 POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS

DESCRIÇÃO	NCRF/NC-ME	Ajustamentos com efeitos:		
		Período anterior	Período corrente	Períodos seguintes
	(1)	(2)	(3)	(4)
Aplicação inicial da disposição de uma NCRF / NC-ME				
Alteração voluntária em políticas contabilísticas				
Alteração em estimativas contabilísticas				
Erros materiais	NCRF 4		1.565,60	
TOTAL		0,00	1.565,60	0,00

6 PARTES RELACIONADAS

ENTIDADES QUE PARTICIPAM NO CAPITAL DA EMPRESA DECLARANTE				
NIF				
Denominação	Município de Angra do Heroísmo			Município da Praia da Vitória
Sede	Angra do Heroísmo			Praia da Vitória
Participação imediata no capital social - valor	30.000,00			20.000,00
Participação imediata no capital social - %	60,00%			40,00%
Participação de direitos de voto - %	60,00%			40,00%
Data de início da participação no capital da empresa	01.11.2010			01.11.2010

7 ACTIVOS INTANGÍVEIS

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS INTANGÍVEIS

DESCRICÃO		Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de activos intangíveis	Total
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Com vida útil indefinida:									
1	Quantia bruta escriturada final								0,00
2	Perdas por imparidade acumuladas								0,00
3	Quantia líquida escriturada final (3 = 1 - 2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com vida útil finita:									
4	Quantia bruta escriturada final								0,00
5	Amortizações acumuladas iniciais								0,00
6	Perdas por imparidade acumuladas iniciais								0,00
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 ++8.6)	0,00	0,00	0,00	0,00	339.469,87	0,00	0,00	339.469,87
8.1	Total de adições	0,00	0,00	0,00	0,00	343.280,28	0,00	0,00	343.280,28
	Aquisições em 1ª mão					343.280,28			343.280,28
	Aquisições através de concentrações de actividade empresariais								0,00
	Outras aquisições								0,00
	Trabalhos para a própria entidade								0,00
	Acréscimo por valorização								0,00
	Outras								0,00
8.2	Total de diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	3.810,41	0,00	0,00	3.810,41
	Amortizações					3.810,41			3.810,41
	Perdas por imparidade								0,00
	Alienações								0,00
	Ataques								0,00
	Outras								0,00
8.3	Reversões de perdas por imparidade								0,00
8.4	Transferência de intangíveis em curso								0,00
8.5	Transferência de/para activos não correntes detidos para venda								0,00
8.6	Outras transferências								0,00
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	0,00	0,00	0,00	0,00	339.469,87	0,00	0,00	339.469,87
10	Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida								0,00

8 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

DESCRICÃO	QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
	Terrenos e recursos naturais	edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	3.984,73	0,00	3.073,87	0,00	0,00	7.058,60
2	0,00	0,00	0,00	0,00	2.563,87	0,00	2.611,15	0,00		5.175,02
Depreciações acumuladas iniciais										0,00
3										
Perdas por imparidade acumuladas iniciais										
4	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420,86	0,00	462,72	0,00	0,00	1.883,58
Quantia líquida escriturada inicial (1 + 2 - 3)										
Movimentos do período:										
5	0,00	0,00	0,00	18.495,90	461,16	0,00	1.175,26	19.949,68	0,00	40.082,00
(5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)										
6	0,00	0,00	0,00	18.889,43	1.040,00	0,00	2.444,88	19.949,68	0,00	42.323,99
Quantia líquida escriturada final (4 + 5 - 6)										
7	0,00	0,00	0,00	18.889,43	1.040,00	0,00	2.444,88	19.949,68	0,00	42.323,99
Total das adições										
Aquisições em 1ª mão										
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais										
Outras Aquisições										
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção										
Trabalhos para a própria entidade										
Acréscimo por revalorização										
Outras										
5.2	0,00	0,00	0,00	393,53	578,84	0,00	1.269,62	0,00	0,00	2.241,99
Total das diminuições										
Depreciações	0,00	0,00	0,00	393,53	578,84	0,00	1.269,62	0,00		2.241,99
Perdas por imparidade										
Alienações										
Abates										
Diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras										
5.3										0,00
Reversões de perdas por imparidade										
5.4										0,00
Transferências de AFT em curso										
5.5										0,00
Transferências de/para activos não correntes detidos para venda										
5.6										0,00
Outras transferências										
6	0,00	0,00	0,00	18.495,90	1.882,02	0,00	1.637,98	19.949,68	0,00	41.965,58
Quantia líquida escriturada final (6 + 4 + 5)										
7										0,00
Quantia da garantia de passivos e/ou titularidade restringida										

Ramos

R-X

Y

Planos
RPT
8

10 LOCAÇÕES (esfera do locatário)

Quantia escriturada, pagamentos do período e pagamentos futuros dos contratos de locação		Locações Financeiras			
		Activos intangíveis	Activos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	Quantia bruta escriturada inicial				(5)
2	Amortizações/Depreciações acumuladas		0,00		0,00
3	Perdas por imparidade e reversões		0,00		0,00
4	Quantia líquida escriturada final (4=1 - 2 - 3)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5=5.1 + 5.2 + 5.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1	Até um ano				
5.2	De um a cinco anos		0,00		0,00
5.3	Mais de cinco anos		0,00		0,00
6	Valor presente do total dos futuros pagamentos mínimos da locação: (6=6.1 + 6.2 + 6.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1	Até um ano				
6.2	De um a cinco anos				0,00
6.3	Mais de cinco anos				0,00
7	Rendas contingentes reconhecidas como gasto do período				0,00
8	Total dos futuros recebimentos mínimos de sublocação à data do balanço				0,00
9	Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período		0,00		0,00

19 APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		Locações Financeiras			
DESCRIÇÃO		Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Propriedades de investimento	Total
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	Inventários iniciais	0,00	2.224,64		2.224,64
2	Compras	0,00	21.434,82		21.434,82
3	Reclassificação e regularização de inventários	0,00	-17.951,92		-17.951,92
4	Inventários finais	0,00	5.707,54		5.707,54
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1 + 2 + 3 - 4)	0,00	0,00		0,00
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:					
6	Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários				0,00
7	Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários				0,00
8	Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários				0,00
9	Inventários escriturados pelo justo valor menos os custos de vender (corretores/negociantes)				0,00
10	Inventários dados como penhor de garantia a passivos				0,00
11	Inventários que se encontram fora da empresa				0,00
12	Adiantamentos por conta de compras				0,00

23 SUBSIDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

DESCRICÃO	Subsídios do Estado e outros entes públicos			Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	
1	Subsídios relacionados com activos/ao investimento (1= 1.1 + 1.2 + 1.3)				
1.1	Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	44.068,25	44.068,25	0,00	0,00
1.1.1	Terrenos e recursos naturais	44.068,25	44.068,25	0,00	0,00
1.1.2	Edifícios e outras construções				
1.1.3	Equipamento básico				
1.1.4	Equipamento de transporte				
1.1.5	Equipamento administrativo				
1.1.6	Equipamentos biológicos				
1.1.7	Outros				
1.2	Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + + 1.2.4)	44.068,25	44.068,25		
1.2.1	Projectos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2	Programas de computador				
1.2.3	Propriedade industrial				
1.2.4	Outros				
1.3	Outros Activos				
2	Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração				
3	Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3= 3.1 + 3.2)	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1	Subsídios relacionados com activos/ao investimento				
3.2	Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração				
4	TOTAL (4= 1+ 2 - 3)	44.068,25	44.068,25	0,00	0,00

26 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Descrição	Valor
1 Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	144.943,89
2 Imposto corrente	75.147,85
3 Imposto diferido	0,00
4 Imposto sobre o rendimento do período (4= 2 + 3)	75.147,85
5 Tributações autónomas	346,05
6 Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento (6= (4 + 5) / 1 x 100)	52,08

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS /ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO OU AO CUSTO AMORTIZADO

DESCRICÃO	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
	(1)	(2)	(3)
Dívidas a receber de clientes	18,69		18,69
Outras dívidas a receber			0,00
Instrumentos de capital próprio e outros títulos			0,00
Outras			0,00
TOTAL	18,69	0,00	18,69

Ramos
R.F.
R.F.

DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

Descrição	Valor
Reativos a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução reclamadas judicialmente	
Em mora:	
Há mais de seis meses e até doze meses	37,78
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	0,81
Há mais de vinte e quatro meses	36,97
TOTAL	37,78

INFORMAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	Mensurados ao justo valor através de resultados	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Por memória: Reconhecimento inicial
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Activos financeiros:					
Clientes	0,00	0,00	31.251.469,09	37,38	0,00
Adiantamento a fornecedores			292.543,91	37,38	
Accionistas/sócios					
Outras contas a receber			30.958.925,18		
Activos financeiros detidos para negociação					
Dos quais: Acções e quotas incluídas na conta "1421"					
Outros activos financeiros					
Dos quais:					
Acções e quotas incluídas na conta "1431"					
Outros instrumentos financeiros incluídos na conta "1431"					
Passivos financeiros:					
Fornecedores	0,00	0,00	5.794.466,37	0,00	0,00
Adiantamento de clientes			86.561,86		
Accionistas/sócios					
Financiamentos obtidos					
Dos quais:					
Empréstimos por obrigações convertíveis que se enquadram na definição de passivo financeiro					
Prestações suplementares que se enquadram na definição de passivo financeiro:					
Aumentos ocorridos no período					
Diminuições ocorridas no período					
Outras contas a pagar			5.707.904,51		
Passivos financeiros detidos para negociação					
Outros passivos financeiros					
Ganhos e perdas líquidos reconhecidos de:					
Activos financeiros					
Passivos financeiros					
Total de rendimentos e gastos de juros em:					
Activos financeiros			160,89		
Passivos financeiros					

Handwritten signature and initials in blue ink.

29 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AO SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

DESCRIÇÃO	Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas
	(1)	(2)	
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:			
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	8	16.256	
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	8	16.256	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:			
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	8	16.256	
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	8	16.256	
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	0	0	
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:			
Homens	6	12.192	
Mulheres	2	4.064	
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:			
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à Investigação e Desenvolvimento			
Prestadores de serviços			
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário			

GASTOS COM PESSOAL

Descrição	Valor
Gastos com pessoal	117.980,39
Remuneração dos órgãos sociais	
Das quais: Participação nos lucros	2.846,28
Remunerações do pessoal	
Das quais: Participação nos lucros	94.301,02
Benefícios pós-emprego	
Prémios para pensões	0,00
Outros benefícios	
Dos quais:	
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais	
Para planos de contribuições definidas - outros	
Indemnizações	
Encargos sobre remunerações	18.404,49
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	2.078,60
Gastos de acção social	
Outros gastos com pessoal	350,00
Dos quais:	
Gastos com formação	350,00
Gastos com fardamento	

30 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

INFORMAÇÕES POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS

DESCRICÃO		Actividades Económicas			
		CAE 38212	CAE	CAE	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	Vendas: (1= 1.1 + 1.2 + 1.3)				
1.1	Mercadorias	10.410,60	0,00	0,00	10.410,60
1.2	Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refulpos	10.410,60			10.410,60
1.3	Activos biológicos				0,00
2	Prestação de serviços	756.405,49			756.405,49
3	Compras	21.434,82			21.434,82
4	Fornecimentos e serviços externos	508.531,54			508.531,54
5	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: (5= 5.1 + 5.2 + 5.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1	Mercadorias	0,00			0,00
5.2	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00			0,00
5.3	Activos biológicos (compras)				0,00
6	Variação nos inventários da produção				0,00
7	Número médio de pessoas ao serviço	8			8,00
8	Gastos com o pessoal: (8= 8.1 + 8.2)	117.980,39	0,00	0,00	117.980,39
8.1	Remunerações	97.147,30			97.147,30
8.2	Outros (inclui pensões)	20.833,09			20.833,09
9	Activos fixos tangíveis:				
9.1	Quantia escriturada líquida final	41.965,58			41.965,58
9.2	Total de aquisições	42.323,99			42.323,99
9.3	Das quais: em Edifícios e outras construções	0,00			0,00
9.4	Adições no período de activos em curso	19.949,68			19.949,68
10	Propriedades de investimento:				
10.1	Quantia escriturada líquida final				0,00
10.2	Total de aquisições				0,00
10.3	Das quais: em Edifícios e outras construções				0,00
10.4	Adições no período de actividades de investimento em curso				0,00

INFORMAÇÕES POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

DESCRICÃO		Mercados geográficos			
		Interno	Comunitário	Extra-comunitário	TOTAL
		(1)	(2)	(3)	(4)
1	Vendas	10.410,60			10.410,60
2	Prestação de serviços	756.405,49			756.405,49
3	Compras	21.434,82			21.434,82
4	Fornecimentos e serviços externos	508.531,54			508.531,54
5	Aquisição de activos fixos tangíveis	42.323,99			42.323,99
6	Aquisição de propriedades de investimento				0,00
7	Aquisição de activos intangíveis				0,00
8	Rendimentos suplementares: (8= 8.1 + + 8.5)	0,00	0,00	0,00	0,00
8.1	Serviços sociais				0,00
8.2	Aluguer de equipamento				0,00
8.3	Estudos, projectos e assistência tecnológica				0,00
8.4	Royalties				0,00
8.5	Outros				0,00
9	Por memória: Vendas e prestação de serviços (valores não descontados)				0,00
10	Por memória: Compras e fornecimentos e serviços externos (valores não descontados)				0,00

31 OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

DESCRIÇÃO	2013
Rendimentos Suplementares	0,00
Descontos obtidos	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00
Ganhos em Inventários	0,00
Rend./Ganhos em Subsidiárias e Associadas	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	0,00
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00
Outros (Subsídios ao Investimento)	44.068,27
Juros Obtidos	160,89
Dividendos Obtidos	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00
TOTAL	44.229,16

31.2 OUTROS GASTOS E PERDAS

DESCRIÇÃO	2013
Impostos (inclui taxas)	32.007,40
Descontos concedidos	0,00
Dívidas Incobráveis	0,00
Perdas em Inventários	0,00
Gastos/Perdas em Subsidiárias e Associadas	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	0,00
Outros (inclui quotizações)	1.500,01
Outros Juros (inclui juros de mora e compensatórios)	10,93
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00
TOTAL	33.518,34









31.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

DESCRIÇÃO	2013
Subcontratos	82.488,47
Serviços Especializados	295.160,31
Trabalhos especializados	251.304,73
Publicidade	0,00
Vigilância e segurança	0,00
Honorários	600,00
Comissões	0,00
Conservação	41.298,08
Serviços Bancários	1.957,50
Outros Serviços Especializados	0,00
Materiais	34.297,85
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00
Livros e documentação técnica	0,00
Material de Escritório	2.350,31
Artigos para oferta	0,00
Outros materiais	31.947,54
Energia e Fluidos	34.755,30
Electricidade	15.243,40
Combustíveis	17.143,91
Água	1.692,05
Outros	675,94
Deslocações e estadas	4.034,70
Serviços diversos	57.794,91
Rendas e alugueiros	44.609,05
Comunicações	5.915,92
Seguros	4.685,31
Royalties	0,00
Contencioso e notariado	1.751,85
Despesas de representação	200,49
Limpeza, higiene e conforto	319,37
Outros serviços diversos	312,92
TOTAL	508.531,54

31.4 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO	ACTIVOS		PASSIVOS	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Imposto sobre o rendimento	0,00		69.302,69	
Retenção de impostos sobre Rendimentos	0,00		534,61	
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	29.256,88		0,00	
Contribuições para a Segurança Social	0,00		2.240,43	
TOTAL	29.256,88	0,00	72.077,73	0,00

31.5 DIFERIMENTOS

DESCRIÇÃO	ACTIVOS		PASSIVOS	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Gastos a Reconhecer				
Prémios de seguros antecipados	4.699,60			
TOTAL	4.699,60	0,00	0,00	0,00

31.6 CAPITAIS PRÓPRIOS

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Capital	50.000,00			50.000,00
Por memória: Accionistas c/ subscrição				
Por memória: Quotas não liberadas				
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor nominal	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos e prémios				
Outros instrumentos de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão				
Reservas	129.023,32	0,00	28.590,60	157.613,92
Reservas legais	12.902,33	0,00	2.859,06	15.761,39
Outras reservas	116.120,99	0,00	25.731,54	141.852,53
Resultados transitados	1.565,60	28.596,92	28.590,60	1.559,28
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações no capital próprio	0,00	5.738.529,64	31.343.220,23	25.604.690,59
Subsídios	0,00	5.738.529,64	30.999.939,95	25.261.410,31
Doações	0,00	0,00	343.280,28	343.280,28
Outras				

Técnico Oficial de Contas

Nº 377/2019

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramis)

José Gabriel do Alamo Meneses

(Paulo Ferreira Mendes Montardim)

Ramos
A
Reft

PARECER FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 31.750.203,93 euros e um total de capital próprio de 25.813.659,83 euros, incluindo um resultado líquido de 69.796,04 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

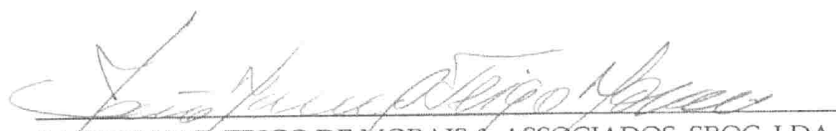
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

S. Mamede de Infesta, 22 de Março de 2014


SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por, João Manuel Trigo de Moraes, ROC nº 881

Pinos
Reft

PARECER ASSEMBLEIA GERAL

ATA n.º 16

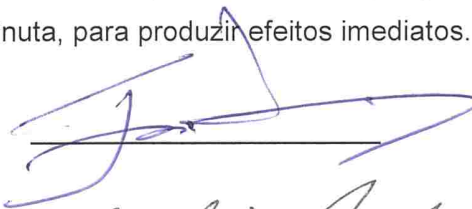
Ao trigésimo primeiro dia do mês de Março de dois mil e catorze, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita no Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia da Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da mesma empresa. Presidiu José Gaspar Rosa de Lima, encontrando-se também presente o senhor Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro. A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1 – Apreciação do Relatório de Gestão e Encerramento de Contas 2013

Nos termos do artigo 13º, n.º2 alínea b), conjugado com o artigo 30º dos estatutos da Teramb, EM, após a apreciação e discussão dos documentos em título, deliberou por unanimidade aprova-los e propô-los às Câmaras Municipais.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cuja deliberação foi aprovada, por unanimidade e em minuta, para produzir efeitos imediatos.

O Presidente
(José Gaspar Rosa de Lima)



O Secretário
(Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro)

